

Editorial
À frente, para o passado
Abílio Guerra

Nos tempos que correm parece haver uma convergência hegemônica de opiniões e ideários como há muito não se via. Termos como globalização, internacionalização, privatização, mercado, desregulamentação, etc, delineam uma nova semântica que apontam para um mundo cada vez mais regido por regras e modelos universais. Já é lugar comum citar Fukayama e seu *Final da História* como versão livresca de divulgação mais exemplar dessa nova concepção de mundo e o neo-liberalismo como novo conceito explicativo no campo das teorias político-econômicas. Esse novo vento que varre a história mundial recente teria sido gestado na ascensão de Thatcher na Inglaterra, se consolidado durante os três governos republicanos nos EUA e se universalizado com a queda do Muro de Berlim e a derrocada do Império do Mal soviético. No rastro do vendaval, uma nova ética se instaura, onde a competência é entronizada como nova deusa da excelência.

Em nossa opinião, essa convergência não passa de uma grande cortina de fumaça, onde os corpos ao se tornarem vultos assemelham-se entre si. Poderíamos aqui apressadamente afirmar que tudo não passa de uma grande armação das elites. Que a globalização é um excelente mecanismo para os países ricos imporem uma nova divisão internacional do trabalho que só a eles beneficia. Que a internacionalização só funciona quando a eles interessa, senão "tasca um protecionismozinho contra os importados". Que a privatização —lá, acolá e principalmente aqui— funcionou e tem funcionado

para enriquecer apaniguados. Que o mercado é uma excelente válvula de mão única que protege os protegidos e bloqueia os desprotegidos. Que as desregulações não passam de medidas inescrupulosas para ferir de morte direitos adquiridos. Que a competência não passa de um novo sinônimo para apadrinhamento.

Se é certo que reside um grande fundo de correção nas afirmações acima, seria leviano dar-lhes o estatuto da verdade, pois elas não possuem o caráter desmistificador de uma crítica aceitável. Na verdade, afirmações simplórias como as acima elencadas —onde o rancor estéril se sobrepõe à crítica penetrante— só tem como resultado a reafirmação das idéias que buscam censurar. Aos perdedores, as batatadas —poderiam dizer, com certa graça, os detentores do poder.

O vigor da visão neo-liberal não advém de campanhas de mídia maquiavelicamente orquestradas por interesses específicos, onde os fatos são torcidos e retorcidos para parecerem o que não são e deixarem de parecer o que de fato são, ou da prática política que mobiliza os argumentos e proposições dos mais justos com as finalidades das mais inescrupulosas. Esses são aspectos superficiais, mesmo que importantes como fatores persuasivos do cotidiano. Seu vigor reside no simples fato de que a ideologia neo-liberal agregou em torno de si um sem número de juízos históricos corretos

e uma grande demanda material não atendida. No vácuo de bandeiras coletivistas amarrotadas —igualdade, fraternidade, coletividade, socialismo, comunismo— nos é acenada a bandeira impávida da liberdade. E não adianta repetirmos à exaustão a afirmação correta de que se trata de uma liberdade circunstanciada e para poucos, pois nos será apresentada de maneira irrefutável as insanidades cometidas pelos proselitistas da coletividade.

Os que ainda acreditam em valores coletivos como interesses primordiais da vida social estão diante de um desafio imenso. Uma luta para a qual tem se apresentado ou de mãos nuas ou carregando armas inócuas. Somente uma nova visão de mundo, forjada a partir de uma perspectiva histórica ajustada, poderá fornecer a estes a força, a coragem e nobreza de caráter necessários para um novo enfrentamento. E sem um desarmamento do espírito e uma coragem radical em encarar os equívocos de uma tradição assumida, nada resta senão os caminhos antípodas mas simétricos do desespero ou do niilismo. Trata-se do reencontro com uma certa tradição, com uma certa ética, cientes de que a história humana não acabou e que o encontro no futuro com as utopias possíveis passa pelo reencontro com os acertos e equívocos das utopias fracassadas do passado. Com isso, talvez, o neo-liberalismo —que a partir de uma correta avaliação das mazelas de um finalismo que acata meios detestáveis, impôs um *modus vivendi* onde qualquer meio se justifica pela ausência de qualquer fim— encontre-se diante de um verdadeiro inimigo.

Neste número, com o tema habitação, a Ócolum —restrita às suas modestas possibilidades de atuação no contexto social e dentro de sua área específica de participação na produção cultural— apresenta sua colaboração na montagem de um cenário possível de discussão sobre um tema dos mais cruciais nos dias que correm. Tema central da arquitetura desde a aurora da civilização, o habitat humano foi rejuvenecido nos últimos cem anos com a introdução de uma escala coletiva, nova variável na resolução de seus problemas. Tema estrutural no pensamento arquitetônico e urbanístico, ele permitiu aos nossos diversos articulistas, sob múltiplos pontos de vista e em diversos contextos geográficos e históricos, abordarem as implicações sociais, culturais, estéticas e políticas do habitar. A famosa experiência de Moshe Safdie em Montreal —o Habitat 67, construído por ocasião da Exposição Internacional de Montreal (Expo 67)—, o projeto "Wasserstadt Berlin-Oberhavel" que visa a instalação de habitações para 34.000

pessoas (12 mil unidades) na capital alemã unificada, e a experiência coletivista dos kibutzim israelenses, são alguns dos temas eleitos.

Vale um destaque o fato de que no Brasil, apesar das assombrosas estatísticas dos sem-teto na esteira do crescimento demográfico exponencial ocorrido no século XX, o tema habitação social é secundário nas abordagens críticas de nossa historiografia (cf Nabil Georges Bonduki), o que denota um certo desprezo pela questão dentro das hostes profissionais. Este quadro fica ainda mais preocupante quando nos deparamos com o alerta de uma de nossas articulistas, a uruguaia Maria del Pilar Pérez Piñeyro: "o debate na Terceira Conferência Preparatória do Habitat II, realizada recentemente em Nova York, centralizou suas diferenças de opinião em torno do reconhecimento do direito humano a uma moradia adequada. A posição contrária ao mesmo, liderada pelos Estados Unidos e acompanhada pelo Japão, não anunciam acordos alentadores. Estabelecido este direito na maioria das constituições dos países latino-americanos e no âmbito da perspectiva de uma integração regional, a ruptura —somando sua discrepância— no continente, foi provocada pela República Federativa do Brasil". Postura que nem notícia de destaque virou, a recusa da representação oficial brasileira em encarar de frente um problema tão crucial foi ainda premiada com um sepulcral silêncio por parte da comunidade de arquitetos e urbanistas.